



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**URUGUAIANA**  
LEGISLATIVO ATUANTE, DEMOCRACIA FORTALECIDA



**COMISSÃO DE LEGALIDADE E ORÇAMENTO – CLO**  
**PARECER Nº \_\_\_\_/2025**

**Documento:** Projeto de Lei Ordinária nº 8/2025  
**Procedência:** Jovem Parlamentar Luis Bernardo de Almeida Martins  
**Assunto:** Dispõe sobre a alteração do nome da Escola Municipal de Ensino Fundamental Humberto de Alencar Castelo Branco, localizada no município de Uruguaiana.  
**Relator(a):** Jovem Parlamentar Giovana Osto

**I – RELATÓRIO**

Chegou à Comissão de Legalidade e Orçamento a presente proposição apresentada pelo Jovem Parlamentar Luis Bernardo de Almeida Martins, que dispõe sobre a alteração do nome da Escola Municipal de Ensino Fundamental Humberto de Alencar Castelo Branco para Escola Municipal de Ensino Fundamental Edson Luís de Lima Souto.

A matéria foi protocolada em 10 de novembro de 2025 e tem como objetivo principal promover a mudança da denominação da unidade escolar, valorizando a memória histórica e democrática através da homenagem ao estudante Edson Luís de Lima Souto, símbolo da luta por direitos e justiça no Brasil.

A proposta busca contribuir com a área da educação e da cidadania, reforçando valores democráticos, preservação da memória histórica e adequação institucional do nome da escola ao contexto de promoção de direitos humanos e participação social.

A Comissão analisou os seguintes aspectos:

- **Competência:** o tema é de interesse municipal e se enquadra na competência legislativa da Câmara;
- **Iniciativa:** o autor possui legitimidade para apresentar o projeto;;
- **Legalidade e Constitucionalidade:** o texto está em conformidade com a legislação vigente e com a Lei Orgânica do Município;
- **Redação e Clareza:** o texto é claro, bem estruturado e apresenta adequada técnica legislativa. Porém, há necessidade de pequenas correções de formatação;;
- **Orçamentário:** a proposição pode gerar custos administrativos mínimos relacionados à substituição de placas e materiais institucionais, trata-se de despesa ordinária e plenamente administrável. Entretanto, não especifica a origem dos recursos, apenas afirma que os gastos devem ser visados.

**II – ANÁLISE DA COMISSÃO**

Após examinar os aspectos citados, a Comissão deliberou que a proposição:

- ( ) está apta para tramitação (APROVADA)  
( ) deve tramitar com as seguintes correções: \_\_\_\_\_  
( ) não reúne condições de tramitar (REJEITADA), devendo ser arquivada

**III – CONCLUSÃO**

A Comissão de Legalidade e Orçamento, em reunião realizada na data de 02/12/2025, por [unanimidade/maioria], entende que o parecer é **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei em questão.

Plenário Ramão Barbat Filho, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**URUGUAIANA**  
LEGISLATIVO ATUANTE, DEMOCRACIA FORTALECIDA!



Jovem Parlamentar	De Acordo	Contrário
Giovana Osto <i>GO</i>	<i>X</i>	
Layla Tumulieh <i>LT</i>	<i>X</i>	
Malu Sampaio	<i>Malu Sampaio</i>	
Maria Antônia Bach <i>MB</i>	<i>X</i>	
Verlei Gaúcho	<i>Verlei Gaúcho</i>	